

**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE  
PÚBLICA (PPR-ESP)**

**MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER/SC  
2022/2024**

**Prefeito(a) Municipal**

Gilmar Sani

**Vice-Prefeito(a)**

Jailson Werlich

**Secretário(a) Municipal de Saúde**

Marina Juliana Kaiser de Souza

**Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente**

Paulo Cesar Rossi

**Secretário(a) Municipal de Infraestrutura**

Adilson Mariotti

**Secretário(a) Municipal de Assistência Social**

Thais Menezes

**Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal**

Giovana Maria Figueiredo Junckes

**2022**

### Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

<b>Função</b>	<b>Nome</b>	<b>e-mail</b>	<b>Telefone(s)</b>
Secretário Municipal de Saúde	Marina Juliana Kaiser de Souza		<b>49 9 9923-1351</b>
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria)	Giovana Maria Figueiredo Junckes		<b>48 9 8816-1246</b>

### Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. Catiani Heiderscheidt
II.
Colaboradores
I.
II.
Revisores
I. Giovana Maria Figueiredo Junckes
II.

## 1. Caracterização do Município

### 1.1 Localização, população, clima e relevo.



O município de Alfredo Wagner situa-se na Mesorregião da Grande Florianópolis do Estado de Santa Catarina - Microrregião do Itajaí do Sul.

Ocupando a latitude  $27^{\circ}42'00''$  S e a longitude de  $49^{\circ}20'02''$  O, estando a uma altitude de 480 metros acima do nível do mar. Sua população é de 10.250 habitantes (IBGE,2022), cujo território apresenta uma extensão de 735,3km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 12,84 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), com a maioria da população concentrada na área rural.

Encontrando-se numa área de transição entre a Serra Catarinense, os Campos da Boa Vista e o Vale europeu, Alfredo Wagner caracteriza-se por seu relevo acidentado, destacando-se nesse cenário os planaltos, morros, rebordados erosivos, vales encaixados e planícies de inundação. Nas encostas de alta declividade as ações antrópicas, associadas à suscetibilidade do terreno, condicionam a ocorrência de áreas de risco de movimentos de massa, como deslizamentos e quedas de blocos. É comum também a ocorrência de processo de rastejo nas encostas naturais do município.

O clima do município é do tipo mesotérmico úmido, classificado como cfa de acordo com a escala de Koeppen e Geiser. A temperatura média anual gira em torno de 18.3 e a pluviosidade média anual é de 1.568 mm, com níveis altos de precipitação mesmo no mês mais seco.

Também conhecida como capital das nascentes, seus territórios nascem 4 rios: o Rio Braço do Norte, que depois desemboca no Rio Tubarão, o Rio Canoas, que ajuda a formar o Rio Uruguai, o Rio Cubatão, que abastece a grande Florianópolis e o Rio Itajaí-Açu, que dá o nome ao Vale do Itajaí.

Alfredo Wagner está inserido no contexto hidrográfico da bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, sendo que os Rio Adaga, Caeté, Águas Frias, Itajaí do Sul, e seus afluentes, que cortam as áreas urbana e rural do município, estando relacionados historicamente a eventos de inundações e erosão fluvial de margens.

Várias áreas planas adjacentes aos leitos dos cursos de água existentes no município encontram-se antropizadas, com ocupação urbana e rural consolidada. As edificações existentes nessas áreas, que são de natural aporte hídrico quando em períodos de chuvas fortes e continuadas, são atingidas por inundações lentas, graduais e recorrentes, submetendo seus ocupantes a riscos e agravos a sua saúde pública. Além destas áreas, observa-se também outras de ocupação em encostas declivosas, cujos terrenos escavados em taludes verticais ou subverticais do tipo corte e aterro, mantêm sob risco as comunidades ocupantes desses locais.

Ao todo, o município tem 29 (vinte e nove) áreas de risco relacionadas a inundações, alagamentos, e deslizamentos de solos e blocos, em parte decorrentes das ações antrópicas que tornaram essas áreas variáveis de alto a muito alto risco.

As chuvas de granizo, vendavais estiagens, ondas de frio e calor, chuvas fortes e continuadas e outros eventos adversos são também fatores de risco que podem ocorrer eventualmente e apresentar grau de risco variável, representando prejuízos econômicos ao município e, especialmente, danos e agravos à saúde da população residente.

Considera-se ainda como fator de risco acidentes com produtos perigosos, tais como transporte, o armazenamento, e o manuseio de combustíveis, gases medicinais ou industriais, frigoríficos, depósitos e aplicação de agrotóxicos, oficinas e outras estruturas que podem gerar danos e agravos à saúde da população.

## **2. VIGIDESASTRES – Vigilância em Saúde Ambiental relacionada aos Riscos Decorrentes dos Desastres naturais**

É um programa da coordenação geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério em Saúde que tem por objetivo desenvolver um conjunto de ações a serem dotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para reduzir exposição da população e dos profissionais de saúde aos riscos de desastres e as doenças deles decorrentes.

O programa VIGIDESASTRES baseia-se nas diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde e é composto de modelo, campo, e forma de atuação, com propostas de ações básicas, estratégicas, competências e atribuições para os três níveis de governo. Sua gestão compete à coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS, no nível federal, e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, nos estados e municípios.

## **Os desastres podem afetar a saúde pública sob diversos aspectos.**

- Provocam um número inesperado de mortes, ferimentos, ou enfermidades e congestionam os serviços locais de saúde;
- Danificam a estrutura local de saúde e alteram a prestação de serviços de rotinas e ações preventivas, com graves consequências em curto, médio, e longo prazo, em termos de morbimortalidade;
- Comprometem o comportamento psicológico e social das comunidades;
- Provocam deslocamentos espontâneos da população, acarretando riscos epidemiológicos;
- Causam contaminação dos alimentos e sua consequente escassez, com graves consequências à saúde, tanto orgânicas quanto nutricionais;
- Aumentam a exposição da população desabrigada;
- Destroem ou interrompem os sistemas de produção e distribuição de água para consumo humano; Danificam os sistemas de esgotamento sanitário favorecendo a proliferação de vetores nocivos à saúde;
- Interrompem os serviços de coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos, incluindo os de serviços de saúde e comprometem os serviços de limpeza urbana;
- Ocorrem o risco de ocorrências de doenças transmissíveis.

Ao desenvolver as diretrizes estabelecidas nesse importante programa brasileiro, a Secretária Municipal de Saúde de Alfredo Wagner adota, como finalidade básica, promover ações de prevenção, preparação e respostas aos desastres naturais, nesse módulo, representados pelas inundações e escorregamentos de terra que possam ocorrer no município, estabelecendo metodologias para execução dos trabalhos integrados com a Defesa Civil e todos os demais setores afins da administração municipal, para que possa fazer o enfrentamento das ocorrências provocadas por esses eventos, minimizando os impactos que os mesmos podem ter sobre a saúde da população.

### **3 .Introdução**

Emergências em saúde pública, configuram-se como situações que demandam o emprego urgente de medidas de prevenção, de controle, de contenção de riscos, de danos e agravos e de recuperação de saúde pública em situações de caráter epidemiológico, (relacionados a surtos e epidemias) de caráter sanitário (relacionado ao controle de produtos e serviços sob regime de vigilância sanitária) de caráter ambiental( relacionado ao controle dos danos ambientais provocados por desastres naturais ou tecnológicos que coloquem em risco a saúde da população ou ainda em situações que provoquem colapso da assistência a saúde da população.

O plano municipal de Vigilância para emergências em saúde pública – VIGIDESASTRES, foca na atuação do (SUS) Sistema único de saúde, para respostas as emergências em saúde pública, sendo estruturado para garantir respostas rápidas, oportunas, eficientes e eficazes, correspondentes ao monitoramento e a prestação de serviços de assistência durante ou imediatamente após uma emergência, a fim de salvar vidas, reduzir os impactos sobre a saúde e atender as necessidades básicas de saúde da população afetada.

No contexto deste plano, as emergências em Saúde Pública (ESP) estão relacionadas aos eventos adversos naturais ou tecnológicos que podem ocorrer em um determinado momento.

Dessa forma, o Plano Municipal de Vigilância Para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES – do município de Alfredo Wagner, foi elaborado para orientar as ações de prevenção, preparação, e resposta aos eventos adversos que possam impactar a saúde da população, caso este venha se concretizar, estabelecendo os tipos das ações voltadas para prevenção, promoção e a recuperação da saúde pública precisam ser desenvolvidas no nível local e definido as responsabilidades e competências de cada integrante da administração pública municipal de saúde para o enfrentamento de desastres que possam ocorrer no município.

Ao oferecer condições necessárias para organização, orientação e uniformização das ações de saúde a ser realizado por suas equipes de trabalho, a partir das diretrizes, estabelecidas pelo presente plano para Emergências em Saúde Pública, o município de Alfredo Wagner, através da secretária municipal de saúde, assume o compromisso de atuar de acordo com suas atribuições. Visando promover a mitigação dos danos a saúde da população, assim como efetuar o controle eficiente, efetivo e eficaz dos eventos adversos a saúde provocados pelas inundações ocorridas por ação ou intervenção antrópica.

#### **4 - Objetivos**

A Secretaria Municipal de Saúde de Alfredo Wagner apresenta o Plano Municipal de Vigilância para Emergências em Saúde Pública – VIGEDESASTRES – modulo Inundações, objetivando manter o acolhimento a população atingida pelos eventos adversos, bem como para intensificar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, buscando minimizar o impacto e os riscos decorrentes das situações adversas provocados por desastres naturais sobre a saúde pública

## **5 - ESTRUTURA DO PLANO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA PARA EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA – VIGIDESASTRES**

### **5.1 Organização**

#### **5.1.1 - Área de Abrangência**

**O Plano municipal de vigilância para Emergências em saúde pública** - contempla todo o espaço territorial do município de Alfredo Wagner, compreendendo suas zona urbanas e rurais sujeitas a ocorrências de eventos aversos provocados por inundações, escorregamentos de terra, vendavais, ondas de frio, estiagens, chuvas de granizo e outros. Assim como eventos a elas relacionados.

#### **5.1.2- Identificação das áreas de risco**

As áreas de riscos existentes no município de Alfredo Wagner estão descritas no trabalho executado pelo CPRM – SERVIÇOS GEOLOGICO DO BRASIL – AÇÃO EMERGENCIAL PARA DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A ENCHENTES E MOVIMENTOS DE MASSA.

Os levantamentos efetuados demonstram que o município de Alfredo Wagner está sujeito aos seguintes riscos localizados:

- a) **Riscos indentificados no município:** inundações, enxurradas, alagamentos, deslizamentos, de terra, estando a eles relacionados não apenas os prejuizos materiais, mas os danos e agravos a saúde deles decorrentes.
- b) **Números das áreas de risco:** 29
- c) **Número de habitações de risco:** Aproximadamente 365
- d) **Número de pessoas expostas ao risco:** Aproximadamente 1420

Da mesma forma, as chuvas de granizo, ventavais, estiagens, ondas de Frio e de calor, chuvas fortes e continuadas e outros eventos adversos se constituem em fatores de risco que podem ocorrer eventualmente no município, podendo apresentar de risco variavel a população.

Os produtos classificados Como perigosos fazem parte do cotidiano das pessoas tanto nas áreas urbanas Como nas zonas rurais. Sendo assim, os acidentes que deles possam se originar costumam variar do tipo, intensidade e gravidade e podem adquirir rapidamente grandes dimensões.

Com a abrangência desses riscos (chuvas de granizo, vendavais, ondas de frio e calor, estiagens, acidentes com produtos perigosos, etc) é mais generalizada, deve-se considerar que toda a população do município fique sob riscoem caso de ocorrência de um ou mais de um desses eventos.

Dessa forma, o Plano de Emergências em Saúde Pública estabelece nas medidas necessárias para o controle das situações adversas e a mitigação dos danos e agravos que Estes possam gerar a saúde da população.

### **5.1.3 - Caracterização dos Setores de Risco**

A ocupação das planícies aluviais dos rios que cortam o município de Alfredo Wagner em sua área urbana e nas áreas rurais, vem submetendo os moradores aos processos de inundações e alagamentos que, em ocasiões de chuvas fortes, rápidas ou continuadas, podem provocar danos aos setores públicos e privados do município, assim como promover agravos saúde da população, considerando o poder de contaminação das águas de inundações e o poder e arrasto das enxurradas eventuais que ocorrem nas áreas de encosta.

Os deslizamentos do solo e blocos de setores de risco indentificados pelo serviço geológico do Brasil em suas avaliações técnicas, de igual forma trazem graves consequências a infraestrutura do município e , especialmente em Saúde da população residente nessas áreas, merecendo especial atenção da gestão pública para, através deste plano de Emergencias em Saúde pública, mitigar os danos e agravos a saúde advinhos desse tipo de evento adverso.

### **5.1.4 -Setores de Risco**

Os vinte e nove setores de alto e muito alto risco da área Urbana e Rural do município de Alfredo Wagner, estão indentificados e dividem-se nos seguintes:

- **Setores com risco de movimentos de Massa** – Os setores de risco de movimentos de massa de Alfredo Wagner são condinonados pelas características naturais da encosta, com destaque para a

declividade e a geologia, suscetibilidade a movimentos de massa é refletida nos inúmeros deslizamentos que se vê ao longo das encostas naturais, além da ocorrência de rastejo.

**Na área urbanizada, entretanto as características naturais se somam as intervenções anttópicas, especialmente por meios de Cortes e aterros que modificam a dimanamica das encostas e potencializam a ocorrência de deslizamentos.**

**No município de Alfredo Wagner foram descritos 18 (dezoito) setores de risco de movimentos de massa, todos eles associados a modificações antrópicas nas encostas, especialmente por meios de Cortes, seja para conformação de lotes, seja para abertura de Estrada.**



**Setores com risco e inundação** – O município de Alfredo Wagner apresenta três rios principais, Águas Frias, Adaga e Caeté, que se unem e dão origem ao Rio Itajaí do Sul, a jusante do centro urbano. Estes quatro rios são responsáveis pelos maiores, de maior ocorrência, eventos de inundação registrados no município.

Os maiores eventos de inundação que ocorreram em Alfredo Wagner foram registrados nos anos de 1987 e 1993, quando a maior parte do centro da cidade foi atingida e os bairros periféricos também. Recentemente, foram registrados eventos nos anos de 2010, 2011, 2014 e 2015. Além dos setores de risco aqui delimitados, estes rios e seus afluentes causam transtornos nas áreas rurais do município, isolando comunidades, destruindo pontes e exigindo a ação da Defesa Civil e da saúde pública durante e após os eventos de inundação.



#### 5.1.5.1 Delimitações dos setores de Risco

Setor	Bairro/Distrito	Rua/Avenida	Tipologia
01	Centro	Rua Irma Rosa Kretzer	Deslizamento
02	Centro	Rua Irma Rosa Kretzer	Deslizamento
03	Centro	Rua Irma Rosa Krtzezer	Deslizamentos e quedas de blocos
04	Parque de exposições	Rua Demoras	Deslizamento e rastejo

05	Riozinho		Deslizamento e Rastejo
06	Barracao – Margem Direita	Rua do Comércio	Deslizamento
07	Centro	Rua do Comércio	Deslizamento
08	Barracão- margem esquerda	Rua serraria	Deslizamentos e quedas de bloco, inundação
09	Barracão- margem esquerda	Rua Fernando Forster	Inundação
10	Morro da Braacatinga	Estrada Geral Braacatinga	Deslizamento e rastejo
11	Morro da Braacatinga	Estrada Geral da Braacatinga	Deslizamento e quedas de bloco
12	Centro	Rua Anitapolis	Inundação
13	Centro	Estrada Geral do Caete	Inundação
14	Caete	Estrada Geral do Caete	Inundação
15	Caete	Estrada Geral do Caete	Deslizamentos e quedas de blocos

➤ As situações de emergência no âmbito do município são coordenadas pelo gabinete de crise do prefeito Municipal, sendo suas decisões tomadas a partir dos boletins processados pela defesa Civil Municipal, Regional, ou Estadual.

- Participa do gabinete de crise o colegiado de secretarias municipais e outros setores da administração, convocados pelo Prefeito, cada um deles apresentando seus planos de trabalho para enfrentamento da situação adversa vivenciadas.
- O trabalho de cada um dos setores participantes do gabinete de crise irá se desenvolver no pré evento, no evento propriamente dito e no pós evento, conforme será descrito nesse plano de emergência, sempre, no entanto, a partir da liberação das áreas de acesso das equipes técnicas da Defesa Civil, com finalidade de não haver interferências nos trabalhos dos primeiros atendedores, salvo se houver decisão específica da Defesa Civil

## **5.2 - Definição das coordenações de Atuação do setor Saúde**

### **➤ Coordenação do COES - Comitê de Operações de Emergência em Saúde**

O **COES**, É UM GRUPO MULTIDISCIPLINAR E Inter Setorial, constituído por portaria Do Secretário Municipal de Saúde, destinado a integrar as ações e serviços de saúde para atuação em situações de emergências e estado de calamidade pública, com o objetivo precípuo de coordenar as ações emergenciais da área da saúde, em consonância com as diretrizes do SUS.

### **➤ Coordenação das Equipes do Setor Saúde**

A gestão do risco relacionado às inundações dentro do território municipal será centrada no objetivo de promover ações de prevenção, preparação, alerta, respostas e reconstrução de cenários, na eventualidade da ocorrência de eventos adversos provocados por inundações que provoquem danos a infraestrutura pública ou privada e ao meio ambiente, assim como danos à saúde da população.

Ao coordenador geral das ações que cabem ao setor saúde em situações emergenciais, compete definir as ações necessárias para atender as emergências e definir as responsabilidades de cada integrante da estrutura da saúde.

Ao executor o Plano de Emergências do Setor Saúde na sua essência, o coordenador geral repassa aos coordenadores das áreas específicas da saúde, as informações sobre as características da área e sistemas envolvidos.

Com as equipes treinadas adequadamente, é viável organizar, orientar, agilizar, uniformizar as ações necessárias às respostas para controle das situações anormais, facilitando as atividades de prevenção, preparação, e alerta e otimizando as atividades de resposta a uma determinada ameaça, caso o evento adverso venha se concretizar.

➤ **As coordenações do setor saúde serão assim definidas:**

- **Secretaria Municipal de Saúde** – Coordenador Geral: Secretário (a) Municipal de Saúde  
Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Assistência Farmacêutica, Coordenadores (as) Setoriais
- **Atenção Básica** – Coordenador (a) da Atenção Básica
- **SAMU – BOMBEIROS – REGULAÇÃO** – Equipes de Urgência e Emergência –  
Coordenadores (as) do SAMU/Regulação

## **6 - Aspectos Socioeconômicos**

Um dos municípios integrantes da macrorregião da Grande Florianópolis, Alfredo Wagner é um município predominantemente agrícola, sendo que a maior parte de sua população concentra-se no ambiente rural, onde desenvolve-se o cultivo da cebola, base da economia local

### **6.1- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

Alfredo Wagner possui um Densidade demográfica e **IDHM** Índice de desenvolvimento humano municipal 0,668 [2010] 0,6000,4000,3000,0000,2000,1000,5000,6000,7002000199120002010.

#### **6.1.1 - Características físicas**

##### **6.1.2 - Clima**

O clima do município é do tipo mesotermico umido, classificado como Cfa de acordo com a escala de Köpen e Geiger. A temperatura média anual gira em torno de 18.3°C

##### **6.1.3 - Pluviometria**

A pluviosidade média anual é de 1.668 mm, com níveis altos de precipitação mesmo no mês mais seco. Os períodos de chuvas fortes e continuadas potencializam a ocorrência de inundações e deslizamentos de solo e blocos, colocando em risco a saúde da população.

#### **6.1.4 - Pedologia**

Setorização de áreas em alto e muito alto risco a movimentos de Massa, enchentes e inundações:

Alfredo Wagner, Santa Catarina.

RISCO GEOLÓGICO/MOVIMENTOS DE MASSA/ INUNDAÇÃO/ ALFREDO WAGNER/DADOS VETORIAIS.

#### **6.1.5 - Hidrografia**

Os rios e o relevo destacam-se na paisagem de Alfredo Wagner. Na cidade, de confluência, primeiramente dos rios, Caeté e Águas Frias, posteriormente a algumas centenas de metros adiante, do Rio Caeté e Adaga forma o rio Itajaí do Sul.

Provavelmente essa rede hidrográfica tenha estimulado a escolha do local e facilitado a formação da cidade de Barracão, pois os rios no início da colonização eram importantes fontes de água, de alimento, de energia hidráulica e escoamento de dejetos. A vila de Barracão evoluiu e persistiram seus moradores às margens dos rios originando a Cidade de Alfredo Wagner.

Os principais formadores do Rio Itajaí do Sul:

Os Rios Caeté e Águas Frias se encontram na cidade de Alfredo Wagner 300m, a montante da ponte da BR-282, e a 600m a juntante da ponte chega ao Rio Adaga. Deste ponto em diante passa a chamar-se Rio Itajaí do Sul, numa extensão de 84km até atingir a cidade de Rio do Sul.

Principais Alfluentes dos três maiores rios do município:

□ Rio Adaga: Alimentado dentre outros pelo Rio da Casa Velha, Rio das Furnas, Rio Araça, Arroio da Invernadinha, Rio do Lessa; Rio Braço Direito, Córrego das Furnas.

□ Rio Águas Frias: Alimentado dentre outros pelo Rio São João; Arroio Grande; Rio Combréia; Rio Januário; Rio dos Porcos.

□ Rio Caeté: Que é formado dentre outros pelo Rio Perito; Arroio Santa Bárbara; Arroio do Pingo. Finalmente chegamos ao Rio Lajeado, que nasce no Morro Lajeado, limite com Bom Retiro e Anitápolis, que é a nascente principal do Rio Itajaí-Açu.

Contudo, a ocupação urbana do solo influenciou a dinâmica dos rios com o aterro das margens, a construção nas margens dos muros de gabião na sede, para conter a erosão, a dragagem do leito dos rios, o esgotamento sanitário nas águas, a disposição de resíduos sólidos nas margens e águas e a ocupação nas planícies de inundação dos rios. Portanto, a população está vulnerável às inundações e às possíveis doenças de veiculação hídrica ao mesmo tempo em que os rios estão vulneráveis na qualidade de seu ecossistema fluvial.

Os recursos hídricos do município são utilizados tanto para o abastecimento humano, diluição de dejetos, irrigação e atividades recreativas.

## **7. Saúde**

### **SECRETARIA DA SAÚDE**

- Central de Regulação Municipal
- Cadastro Nacional de Estabelecimentos da Saúde (SCNES)
- Gestão SIASUS, SISAB, E Gestor, Esus
- Programa Saúde na Escola (PSE)

Tratamento Fora do Domicílio (TFD)

### **ESPECIALIDADES E SERVIÇOS**

- Clínico Geral; Nutricionista; Psicologia; Imunização; Eletrocardiograma; Tele dermatologia; Fisioterapia; RX Odontológico; Enfermagem; Técnico de Enfermagem; ACS, Equipes de saúde da família; Farmácia básica

#### **Hospital**

- Urgência 24 hrs
- Médico Clínico Geral
- Enfermeiro
- Técnico de Enfermagem

#### **Vigilância em Saúde**

- Controle de Imunobiológicos
- Combate as Endemias
- Vigilância Sanitária.

## 8 - Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

### Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

Mês /Ano	Classificação do Desastre	Breve relato
01/2023	<b><u>HIDROLÓGICO/ ENXURRADAS</u></b>	Enxurradas, cheias de rio, deslizamentos de terra, alagamentos, entupimentos, de bueiros, quebra de pontes, destruição de pelo menos 3 residências.
01/2022	<b><u>CLIMATOLÓGICO/ ESTIAGEM</u></b>	Diminuição dos níveis de água nos locais de captação; e escassez de água nas fontes de abastecimento naturais e também açudes.
03/2020	<b><u>BIOLÓGICOS/ EPIDEMIAS</u></b>	Pandemia COVID 19
12/2016	<b><u>HIDROLÓGICO/ ENXURRADAS</u></b>	Enxurradas, acompanhada de chuvas intensas e concentrada.
03/2013	<b><u>HIDROLÓGICO/ ENXURRADAS</u></b>	Chuvas que provocaram alagamentos em diversas comunidades do município.

## 9- OPERALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA PARA EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

## 9.1 - Pré- Evento (Prevenção/ Preparação/ Monitoramento/ Alerta)

As medidas de controle de inundações desenvolvidas nos momentos de normalidade, também chamados de **pré –eventos**, são divididas nas seguintes fases:

Prevenção/Preparação (Fase 1), Monitoramento (Fase 2) e Alerta (Fase 3) e expressam a intenção de evitar ou diminuir os impactos dos eventos adversos à saúde da população, mediante aplicação de ações planejadas e realizadas antecipadamente pelo setor saúde ao evento

- **Fase 1** - A execução das ações preventivas e preparatórias voltadas para o enfrentamento de eventos adversos provocados por inundações é fundamental para a MITIGAÇÃO dos impactos, danos e agravos à saúde da população, cabendo a secretária Municipal de Saúde gerenciar todo o processo junto aos demais setores da sua área de atuação.

### ➤ **Setores envolvidos nessa Fase:**

- Secretária Municipal de Saúde
- Atenção Básica
- Samu/Bombeiros
- Vigilância epidemiológica
- Assistência Farmacêutica

### ➤ **Ações dessa Fase:**

- Identificar e mapear as áreas de risco, as ameaças, as suscetibilidades e as populações vulneráveis aos desastres naturais, fortalecendo o conhecimento das comunidades expostas sobre os riscos relacionados aos eventos adversos, de modo a evitar ou reduzir sua exposição e a de produtos e serviços aos mesmos e, conseqüentemente aos impactos à saúde;

- Desenvolver e manter atualizados os planos da Vigilância sanitária, Vigilância Epidemiológica, Assistência Farmacêutica, atenção Básica e Samu e demais áreas da Secretária de Saúde para aplicação em cada fase das emergências em saúde provocada por inundações, para atendimento às doenças e agravos delas decorrentes.

- Avaliar a capacidade instalada de serviços de saúde (unidades de saúde, ambulatórios, UPAs, hospitais, etc), incluindo recursos humanos, na área de abrangência do evento adverso, para atendimento às vítimas imediatas e das pessoas que deverão procurar assistência médica durante e após as inundações.

- Promover a sensibilização da rede para atendimento á população exposta aos eventos provocados por inundações, preparando o setor de saúde para respostas rápidas a população em caso de ocorrência desses eventos adversos.
- Manter a lista de recursos capacitados e disponíveis para enfrentamento imediato aos eventos advesos e atendimentos a população das doenças e agravos provocados por inundações.
- Produzir alertas ao setor de saúde quando da ocorrência de eventos adversos no município, para manter a rede pronta para atuação, caso necessário.
- Atuar de forma articulada com a defesa civil e os demais setores da administração pública municipal, desenvolvendo planos operativos conjuntos ou específicos voltados para a redução ao mínimo possível da exposição da população aos riscos de doenças e agravos decorrentes desses desastres, proporcionando atendimento rápido, efetivo e eficaz a saúde das pessoas residentes nas comunidades atingidas;
- Uniformizar, fortalecer, consolidar, estabelecer processos de mobilização de técnicos, procedimentos de conduta e integração do setor de saúde a Defesa Civil, aos demais setores da Prefeitura Municipal e as demais entidades municipal, estaduais e federais e afins.
- Realizar inspeções prévias para averiguar as condições estruturais e sanitárias de locais eventualmente destinados a abrigos, integrando as equipes de saúde responsáveis pelas escolhas, cadastramento, vistorias, e definição das estruturas dos abrigos dos demais setores afins para definições e inspeções conjuntas;
- Definir a composição das equipes de primeiras respostas para atuação quando da ocorrência de ventos, capazes de efetuar os atendimentos a saúde relacionados as ocorrências propriamente ditas e , após efetuar a fiscalização de serviços de produção, armazenamento, transporte, manipulação e comercialização de alimentos, a fiscalização de serviços de produção, armazenamento, transporte, manipulação e comercialização de medicamentos, produtos e insumos farmacêuticos, a fiscalização de estabelecimentos de Saúde, a fiscalização de estabelecimentos de interesse da saúde, a fiscalização / orientação de abrigos coletivos, atentando para a estrutura física , ventilação, iluminação), remoção de resíduos sólidos , destino adequado de efluentes sanitários, controle de roedores, destino final adequado de animais mortos, quantidade água disponível, segurança alimentar e outros, a fiscalização/ monitoramento dos serviços de saneamento ( água, resíduos sólidos, esgoto, galerias pluviais), com atenção especial no controle da qualidade da água distribuída a população e outras atividades afins.
- Promover o estudo dos dados epidemiológicos das doenças prevalentes no município, que tendem a intensificar-se em circunstâncias de desastres, no conhecimento da academia de transmissão de doenças, na monitoração de surtos epidêmicos e no controle das doenças e agravos típicos das situações

adversas provocadas por inundações, tornando-se como base os dados dos sistemas de informação disponibilizados pelo Ministério da Saúde;

- Determinar PREPARAÇÃO de material e equipes para processo de Educação em Saúde, mantendo a população informada sobre os riscos de danos à saúde pública, relacionadas aos eventos adversos provocados por inundações;
- Providenciar recursos (materiais, equipamentos, veículos) necessários à execução do Plano de Ação para Emergência em Saúde);
- Relacionar os medicamentos necessários para o atendimento à população e manter a rede básica de saúde abastecida com medicamentos, materiais e insumos, para utilização em circunstâncias de eventos adversos;
- Determinar a verificação das condições do material existente para uso em situações de calamidades (Termômetros, Tendas, lanternas, clorímetros reagentes, botas, capas, caixas térmicas, vidraria para coleta de água para análise laboratorial, material educativo, estoque de hipoclorito de sódio 2,5%, etc);
- Determinar a confecção e manutenção e a conservação em depósito dos materiais informativos que serão distribuídos à população alvo.
- Promover as condições necessárias para participação do setor saúde em eventos simulados oferecidos pela Defesa Civil, relacionados com inundações e outras situações, para o aprimoramento dos protocolos de atendimento e capacitação do corpo técnico;
- Elaborar relatórios circunstanciados e informes aos gestores municipais a respeito das ações executadas pelo setor saúde, para que possam ser avaliados e divulgados aos profissionais de saúde e população, através dos mecanismos próprios de comunicação do município.

- **Fase 2- Monitoramento meteorológico, geológico e hidrográfico**

O processo de monitoramento de eventos adversos provocados por inundações e seus efeitos deverá ser permanente e capaz de estabelecer as condições para um alerta imediato ao setor de saúde, indicando a possibilidade de ocorrência de eventos adversos por inundações tão logo haja divulgação dos dados por partes dos órgãos responsáveis, para que possam ser deflagrados os processos de mobilização das equipes locais de saúde para pronta atuação e atendimento médico assistencial às pessoas que possam ser atingidas pelo desastre.

➤ **Setores envolvidos nessa Fase:**

- Secretaria Municipal de Saúde
- Vigilância Sanitária
- Vigilância Epidemiológica

➤ **Ações dessa Fase**

- Monitorar , através das áreas específicas da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, os eventos epidemiológicos, geológicos e hidrológicos típicos da região, além de outros relacionados a estes e potencialmente causadores de desastres provocados por inundações e surtos de doenças que podem ocasionar agravos a saúde da população;

- Recorrer aos sistemas de monitoramento das previsões de precipitações hídricas no município e região, operadas por instituições atuantes no estado, nos municípios e em todo o Brasil, para viabilizar a obtenção de dados pelos responsáveis pela execução do Plano de Ações em Saúde, visando a tomada de providências necessárias para atendimento imediato a saúde da população;

- Promover o monitoramento das Costas dos Rios através dos dados obtidos das estações fluviométricas em operação na região e, especialmente junto aos municípios ( caso possuam historicamente sob risco de ventos adversos provocados por inundações, devendo o contato com os mesmos ser permanente para a agilização das respostas por parte das equipes do setor saúde, visando a imediata preparação do pessoal técnico para atendimento a demanda de doenças e agravos que possa advir da ocorrência dos eventos adversos típicos da região;

- Efetuar monitoramento rotineiro das doenças e agravos incidentes no município e região, tomando-se como base os dados dos sistemas de Informação disponibilizados pelo ministério da saúde, para avaliar sua evolução em ocasiões de eventos por inundações e promover bloqueios e controles necessários.

### **Fase 3 – Alerta**

A fase alerta , em certos eventos adversos ocorrem quase que concomitantemente a fase de respostas , ou seja, enquanto as equipes do setor saúde estão se preparando para remoção de feridos, ou afetados pelo desastre para atendimento médico de urgência ( samu), visto que a remoção para abrigos é efetuada pelas equipes da Defesa Civil. Outras equipes estarão verificando o provimento de água para a

população, abastecimento de medicamentos, materias e insumos essenciais aos atendimentos ambulatorial e outras ações afins.

➤ **Setores envolvidos nessa Fase**

- Secretaria Municipal de Saúde
- Vigilância sanitaria
- Vigilância Epidemiológica
- SAMU/ Corpo de Bombeiros
- Atenção Básica

➤ **Ações dessa Fase**

- Receber os alertas provenientes do Gabinete de Crise do Municipio.
- Repassar todas as instâncias do setor saúde do municipio; os alertas recebidos do Gabinete de Crise.
- Convocar os responsáveis pela Vigilância Sanitária, Vigilância epidemiológica, Atenção Básica, atenção Farmaceutica, SAMU e área administrativa para permanência em alerta frente a eventuais eventos adversos no municipio.
  - Revisar protocolos e preparar equipamentos, materiais, veiculos, medicamentos, materiais, insumos, informativos, hipoclorito de sódio 2,5% e outros destinados para o atendimento imediato a saúde da população e utilização imediata nos eventos adversos.
  - A secretária municipal de saúde convocará todos os servidores pra o estado de ALERTA, permanecendo os servidores em seus postos de trabalho e os coordenadores na sede da SMS, objetivando a tomada de decisões e a determinação das medidas de intervenção que se fizeram necessárias a partir das decisões tomadas no Gabinete de crise Municipal e Defesa Civil;
  - Coleta e repasse do maior número de informações disponiveis para facilitar as equipes do setor de saude o atendimento da situação e as medidas necessárias para o seu controle;
  - Composição das equipes de acordo com o previsto nos protocolos setoriais do setor de saude e distribuição de equipamentos de proteção individual e outros necessários ás ações de campo, assim como

de veículos, materiais médicos e ambulatoriais, medicamentos e insumos necessários aos atendimentos da população;

- O responsável pela fiscalização Sanitária de alimentos e Produtos de Saúde e de interesse da Saúde repassará as equipes informações referentes aos cuidados com os produtos alimentícios, medicamentos, materiais e insumos junto aos estabelecimentos de sua área de atuação;
- O Responsável pela Fiscalização Sanitaria de estabelecimentos de Saúde repassará as equipes informações referentes a cuidados com medicamentos e produtos a serem observados nos estabelecimentos de sua área de atuação;
- O responsável pelo Setor de Saneamento Básico repassará as equipes informações referentes aos cuidados com animais mortos, e animais peçonhentos, destino do lixo e dejetos e outras informações inerentes a sua área a serem observados na área de desastre.
- O responsável pelo VISIÁGUA repassa informações às equipes referentes aos cuidados com os mananciais, lençóis freáticos, água para o consumo humano, monitoramento e auxílio junto a concessionária de água nas determinações de ações referentes ao abastecimento de água para a população.
- Deslocamento das equipes para as áreas de atuação, após liberação destas pela Defesa Civil.

## **9.2- EVENTO**

Durante os eventos naturais provocados por inundações, entra em desenvolvimento outra importante etapa do Plano de Ação para Emergências em Saúde: as ações, de respostas do setor saúde ao desastre.

Essas ações tem o propósito de serviços de emergência e de assistência à saúde da população, com o propósito de manter os níveis de saúde , promover a redução de danos a saúde, restaurar o funcionamento dos serviços de saúde nas regiões atingidas assim que possível, garantir os padrões de identidade e qualidade dos alimentos, medicamentos e insumos, a qualidade dos alimentos, medicamentos e insumos, a qualidade da água pra consume humano, a regularidade sanitaria de estabelecimentos de saúde e de interesse da saude, monitoramento de doenças relacionadas as inundações, a educação em saúde e outras ações de saúde publica nos municipios ou nas comunidades atingidas pelos eventos adversos.

➤ **Setores envolvidos nessa fase**

- Secretaria Municipal de Saúde
- Atenção Básica
- Assistência Farmacêutica
- SAMU/Corpo de Bombeiros
- Vigilância Sanitária
- Vigilância Epidemiológica

➤ **Ações do Setor Saúde nessa fase:**

Vistorias, fiscalizações, remoção de feridos ou intoxicados para unidades referenciadas pelo setor de regulação, tratamento ambulatorial e médico – hospitalar, cuidados com o lixo e entulhos, destino final adequado de animais de pequeno e grande porte mortos, limpeza e desinfecção de edificações e caixas d'água, cuidados com abrigos, controle da qualidade de alimentos, insumos farmacêuticos, água para o consumo humano, orientações, educação sanitária, controle do funcionamento de estabelecimentos sujeitos a Vigilância Sanitária, emissão de instruções técnicas, determinações sanitárias, normalização epidemiológicas ou quaisquer outras atos e ações relativas aos itens abaixo:

- Fiscalização de estabelecimentos que armazenam, comercializam, manipulam e forneçam alimentos que tenham sido expostos às inundações, efetuando a imediata remoção e destino final adequado dos produtos expostos a tais situações;
- Fiscalização de estabelecimentos que armazenam, comercializam, manipulam e forneçam medicamentos, materiais, produtos médicos hospitalares e insumos farmacêuticos que tenham sido expostos às inundações, promovendo a imediata remoção e destino final adequado dos produtos que tenham sido expostos a essa situação;
- Fiscalização de condições de funcionamento de Serviços de Saúde e de interesse da saúde expostos ou não aos eventos adversos;
- Fiscalização do tratamento e destino final adequados de afluentes sanitários dos sistemas coletivos e individuais atingidos pelas inundações.
- Monitoramento conjunto com os órgãos/instituições de meio ambiente em áreas afetadas por produtos químicos liberados para o meio ambiente durante as inundações;

- Estabelecer controle especial para reduzir pra reduzir os riscos com a utilização/exposição a produtos desinfetantes, praguicidas, saneantes e outras substâncias, produtos e insumos que tenham sido expostos as águas das inundações e perdido suas rotulagens e instruções de uso, orientando seu descarte de acordo com a legislação em vigor,
- Avaliar e encaminhar solicitação a área técnica responsável do município, para apresentação de medidas voltadas para a solução/recuperação rápida da frequência da coleta de resíduos sólidos orgânicos e de serviços de saúde que tenha sofrido interrupção devido ao evento adverso;
- Discutir com os setores próprios da Gestão Municipal a necessidade de implementação de serviços de coleta dos entulhos ( móveis, utensílios e outros) destruídos pelas inundações;
- Estabelecer com áreas de limpeza urbana do município atingido, a necessidade de intensificar a coleta e a disposição adequada dos resíduos sólidos gerados pelos abrigos e áreas críticas/vulneráveis, evitando o acúmulo de lixo e com isso os agravos correspondentes a saúde da população;
- Verificar as condições de operação dos sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos e industriais ( aterros sanitários, áreas de transborbo, etc), especialmente quando atingidas por inundações;
- Identificar áreas potenciais para reservatórios , proliferação de vetores de importância sanitária e abrigos de animais peçonhentos;
- Desenvolver medidas de controle de roedores e outros vetores, especialmente nos abrigos;
- Disponibilizar os técnicos e aos municípios afetados as notas técnicas e os informes destinados a encaminhar as medidas adequadas para o controle da exposição a vetores e animais venenosos e peçonhentos, assim como orientar para com os cuidados e assistência médica necessária no caso de acidentes com esse tipo de animais;
- Controle rigoroso dos mananciais de superfície e subterrâneos que possam ter sido atingidos pelas inundações, certificando-se de sua qualidade ou determinando a proibição de utilização até que possa confirmar tecnicamente a possibilidade de uso;
- Emissão de notas técnicas a população, esclarecendo os riscos de consumo de água dos mananciais com suspeita ou comprovadamente atingidos por águas contaminadas, frente a situação provocada pelo evento adverso;
- Fiscalização das condições operacionais do Sistema de abastecimento de água exigindo da concessionária a demonstração documental da regularidade da operação da ETA e da qualidade da água destinada ao consumo da população, de acordo com a legislação estadual, municipal e do Ministério da Saúde em vigor;

- Fiscalização da qualidade da água retirada de fontes alternativas de abastecimento e destinada ao consumo da população;
- Fiscalização dos meios de transporte utilizados para o transporte de água de fontes alternativas, garantindo a qualidade desta para consumo da população;
- Distribuição de hipoclorito de sódio 2,5 % para tratamento da água proveniente de fontes alternativas, caso o fornecimento de água tenha sido interrompido;
- Fiscalização/orientação às pessoas ocupantes de abrigos coletivos (caso tenham sido ativadas), atentando para cuidados com água, manejo dos resíduos sólidos e efluentes sanitários, controle de roedores, etc;
- Disponibilização de equipes médicas (incluindo saúde mental), equipes de enfermagem, equipes de Vigilância em saúde (Sanitária e Epidemiológica especialmente para trabalhos diários nos abrigos enquanto permanecer a ocupação dessas estruturas);
- Intensificações das ações de Vigilância epidemiológica até o reabastecimento da normalidade, adotando uma vigilância ativa e buscando a notificação e outras providências imediatas, para controle de doenças típicas dessas ocasiões (doenças respiratórias, tétano acidental, acidentes com animais peçonhentos e não peçonhentos, hepatite A, doenças diarreicas, leptospirose), além de outras que possam ocorrer;
- Fiscalização/orientação para o enterramento de animais mortos em decorrência das inundações, em local e com técnicas adequadas, com prioridades sobre outras situações de limpeza e remoção de lixo e entulhos, usando todo tipo de mão de obra e maquinário disponíveis;
- Desenvolvimento de ações voltadas para a proteção de saúde do Trabalhador expostos aos riscos gerados pelos trabalhos de campo, nos abrigos, ambulatórios, hospitais, serviços médicos de urgência e outros
- Promover atendimento ambulatorial contínuo às pessoas afetadas pelo desastre
- Sensibilizar a rede para as medidas de intervenção direta nos casos suspeitos de doenças de veiculação hídrica e de transmissão por alimentos, leptospirose. Doenças respiratórias, acidentes com animais peçonhentos e não peçonhentos, tétano acidental, hepatite A e outras típicas de situações adversas provocadas por inundações;
- Definir exames clínicos complementares para a confirmação diagnóstica dos principais agravos relacionados aos eventos adversos provocados pelas inundações;
- Fortalecer as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos estratos populacionais específicos atingidos direta ou indiretamente pelos eventos adversos;

- Implementar os cuidados com a saúde mental, para a recuperação dos distúrbios relacionados aos eventos adversos que provocam danos a saúde das pessoas e das bases estruturais das comunidades atingidos pelo evento;
- Desenvolver ações de Educação em Saúde relativas aos cuidados com saúde das populações atingidas por inundações;
- Difundir amplamente orientações a população atingida para a volta as casas, caso as famílias tenham sido removidas para abrigos ou desalojadas de suas habitações, alertando-as para os riscos á saúde provocadas por contaminações choques elétricos ou traumas provocados por quedas, cortes com objetos perfurantes e cortantes contaminados, acidentes com animais peçonhentos ou não peçonhentos e outros;
- Compor Central de informações (para a mídia, profissionais de saúde, populaçã), para difundir informações sobre os cuidados com a saúde relacionados ao evento, medidas de controle, locais de atendimento as saúde da população atingida, cuidados gerais necessários para a prevenção da saúde, etc.

### **9.3 - Pós – evento (Restauração de Cenários)**

A reabilitação dos cenários atingidos por eventos adversos depende de ações interativas desencadeadas pelo poder publico e pelos órgãos responsáveis pela reativação dos serviços essencia no menor tempo possível, e consistem em obras de reconstrução desenvolvidas a pequeno, médio ou longo prazo, com objetivos de garantir o retorno as condições de normalidade nas áreas de comunicação, energia elétrica, água e esgoto, resíduos sólidos , trafegabilidade, habilidade e outras das áreas atingidas.

#### **➤ Setores envolvidos nessa fase:**

A atuação principal nessa fase é dos setores de Defesa Civil, de engenharia e obras do Município, do Estado e mesmo da União, porém algumas obras de recuperação necessitam da fiscalização e análise de projetos (especialmete os hidro sanitários), para a observação e cumprimento do que determina a legislação da Vigilância Sanitária e vigor.

#### **➤ Setores da Saúde Envolvidas nessa Fase**

- Secretária Municipal de Saúde
- Vigilância Sanitária
- VigiLância Epidemiológica

➤ **Ações dessa Fase**

- Vistorias, fiscalizações, orientações, controle, determinações, normatizações ou quaisquer outras ações relativas aos itens abaixo:
  - Análise de projetos, fiscalização, orientação e controle dos processos de reabilitação dos serviços essenciais de abastecimento de água para consumo humano;
  - Acompanhamento de processos de religamento de energia elétrica, cuja falta impacta na perda dos padrões de identidade e qualidade dos produtos alimentícios, medicamentos e insumos farmacêuticos, para que possam ser disponibilizados sem riscos sanitários para a população;
  - Fiscalização em conjunto com órgãos ambientais, das atividades de reabilitação total das áreas deterioradas pelo evento adverso, incluindo remoção das camadas de solo eventualmente contaminadas por produtos químicos, biológicos e outros;
  - Avaliação da qualidade das águas de rios e outros cursos d'água eventualmente atingidos pela extravasão de produtos químicos ou biológicos durante as inundações;
  - Acompanhamento de processos de restauração dos serviços de coleta, destinação e tratamentos dos resíduos sólidos gerados pela população no município, para evitar acúmulo sem tratamento superior ao tempo previsto pela legislação vigente;
  - Acompanhamento do processo de restauração das drenagens pluviais, orientando quanto a proibição de ligações dos sistemas de esgotamento sanitário nessas estruturas;
  - Acompanhamento dos processos de desobstrução de rios, canais e áreas de drenagem naturais, para evitar água parada que possam servir de criadouros para vetores nocivos à saúde pública nos locais do evento;
  - Desenvolvimento de ações da Vigilância Epidemiológica para monitoramento da evolução das doenças típicas dos eventos adversos provocados por inundações e as demais condições relacionadas com a manutenção da saúde da população;
  - Outras ações de importância sanitária e epidemiológica.

#### **9.4 - A Volta as casas**

A Volta as casas após evento adversos provocados por inundações servem de alento as pessoas afetadas pelo desastre, por perderem retomar ao que é seu, mesmo que tenham perdido muitos dos bens adquiridos.

O retorno as comunidades atingidas, no entanto, pode representar uma série de riscos, relacionadas com possíveis danos causados as estruturas das casas, ao contato com a água e a lama contaminadas das inundações, a rede energizada das residências, a presença de animais peçonhentos, aos cortes e ferimentos provocados por objetos contaminados e outras situações que podem provocar agravos à saúde da população. Dessa forma deve-se passar as seguintes orientações a respeito dos cuidados que devem ser observados pela população na volta das casas.

- Observar as instruções da Defesa Civil, observando se as habitações oferecem condições para a ocupação, cumprindo as determinações dessa instituição no que diz respeito as interdições demandadas devido ao comprometimento das estruturas das edificações.
- Verificar se a energia elétrica está desligada, A orientação a população é que, caso possível, no momento em que sair de casa, seja feito o desligamento de todos os disjuntores, para evitar que as fiações umedecidas pelas inundações provoquem curtos circuitos e choques elétricos graves, com danos secundários a saúde das pessoas.
  - Verificar se o abastecimento de água se normalizou;
  - Tomar cuidado especiais com a presença de animais venenosos e peçonhentos;
  - Não entrar em contato com água e lama contaminada;
  - Providenciar a distribuição de Hipoclorito de sódio de 2,5 % a população afetada, para garantir a desinfecção da água para o consumo, até que a situação seja normalizada.

#### **10 - Sala de situação**

A redução de danos e agravos à saúde durante a ocorrência de eventos adversos provocados por inundações é muito mais efetiva quando é utilizada a comunicação na sua melhor forma para divulgar as instruções relativas aos procedimentos de controle de doenças e agravos à saúde pública que se verificam nessas situações.

É importante destacar que, SEM informações não é possível investigar, planejar e monitorar as ameaças, avaliar os riscos à saúde ou responder adequadamente a um desastre. O setor saúde poderá utilizar,

nesse contexto, todos os meios de comunicação disponíveis, tanto para alertas antecipados internos sobre eventos adversos, destinados a mobilização de suas equipes, quanto para disseminação de notas técnicas, informes e instruções ao corpo técnico e à população controle de surtos epidêmicos e outras doenças de importância epidemiológica nas diferentes fases de evento.

As demais informações sobre o evento adverso, previsões de ocorrência, número de desabrigados e desalojados, doentes, feridos, desaparecidos e outras de relevância para a população serão repassadas à imprensa pelos Gestores Municipais, estaduais e da Defesa Civil

## **11 - Informações à população**

A redução de danos e agravos à saúde Durante a ocorrência de eventos adversos provocados por inundações é muito mais efetiva quando é utilizada a comunicação Na sua melhor forma para divulgar as instruções relativas aos procedimentos de controle de doenças e agravos à saúde pública que se verificam nessas situações.

È importante destacar que, SEM informação não é possível investigar, planificar e monitorar as ameaças, avaliar os riscos à saúde ou responder adequadamente a um desastre.

O setor saúde poderá utilizar, nesse contexto, todos os meios de comunicação disponíveis, tanto para alertas antecipados internos sobre eventos adversos, destinados a mobilização de suas equipes, quanto para disseminação de notas técnicas, informes e instruções ao corpo técnico e à população para controle de surtos epidêmicos e outras doenças de importância epidemiológica nas diferentes fases de evento.

As demais informações sobre o evento adverso, previsões de ocorrência, número de desabrigados e desalojados, doentes, feridos, desaparecidos e outras de relevância para a população serão repassadas à imprensa pelos Gestores Municipais, estaduais e da Defesa Civil.

## **12. Capacitações**

Ao finalizar a elaboração dos Planos municipais de Vigilância Para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES, as equipes técnicas do município serão capacitadas pela Vigilância Sanitária, através da gerência de saúde ambiental, em conjunto com a área competente da Defesa Civil/SC

### 13 - Referências, Legislação

O plano municipal de Vigilância para Emergências em Saúde pública , está embasado na legislação Federal, estadual notas técnicas e alertas para o desenvolvimento de atividades das equipes de trabalho do poder público e das demais entidades, antes, durante e após as situações de emergências e estado de calamidade pública.

**<http://alfredowagnertq.blogspot.com/2011/08/hidrografia.html>**

(Norma ABNT NBR 6023 -

[https://docs.google.com/file/d/1qDRhi4gZN\\_cTkIo1OgjCcZzGD0Jj2HfP/view](https://docs.google.com/file/d/1qDRhi4gZN_cTkIo1OgjCcZzGD0Jj2HfP/view))

<https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Alfredo%20Wagner%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>

<http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf>

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103060#:~:text=O%20Munic%C3%ADpio%20Alfredo%20Wagner%20se,das%20atividades%20agropecu%C3%A1rias%20do%20munic%C3%ADpio.>

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.

- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
  
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
  
- Portaria nº 2.914 (2011): procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
  
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
  
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
  
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
  
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
  
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
  
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.

- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.

- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.

- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.

- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.

- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

#### **14 - Lista de equipamentos e máquinas**

Todos os veículos da Secretaria Municipal de saúde ficarão distribuídos entre as equipes de trabalhos.

A partir das determinações emitidas de crise do Prefeito Municipal, os veículos permanecerão abastecidos, preparados e enviados para os locais liberados pela defesa Civil e definidos como prioritário para a saúde pública pela Coordenação geral da Secretaria Municipal de Saúde.

<b>Equipamento/ Máquina</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Localização</b>
Motoniveladora	3	Garagem da Prefeitura
Pá Carregadeira	2	II
Retroescavadeira	6	II
Caminhão/Caçamba	10	II

## 15. Contatos interinstitucionais

<b>Instituições</b>	<b>Nome</b>	<b>Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)</b>
Secretaria de saúde	Marina Kaiser de Souza	49 9 9923-1351
Visa Municipal	Catiani Heiderscheidt	48 9 9978-1041
Visa Municipal e Epidemiologica	Giovana m <sup>a</sup> F Junckes	48 9 8816-1246
Enfermeira		
Farmaceutica		
Secretário de Obras	Adilson Mariotti	48 99630-1201